

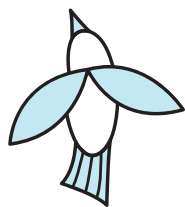
# Direito à felicidade

Parece não fazer sentido juntar na mesma frase as palavras Direito e felicidade. Mas as leis de um país são um instrumento para o bem-estar da população. É o Direito que nos dá liberdades, direitos e garantias, e que determina também a organização do Estado e da sociedade. Para desmistificar a ideia do Direito como algo cinzento e punitivo, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organizou o curso de aperfeiçoamento em “Direito da Felicidade - Como ser feliz em 13 lições”.





# P



Para o cidadão comum, a palavra Direito é normalmente sinónimo de problemas. O contacto com o mundo da Justiça acontece, na maior parte das vezes, pelas piores razões, como quando morre um familiar e é necessário tratar da herança, quando há um acidente de trânsito e é preciso apurar responsabilidades ou quando somos obrigados a pagar impostos.

“Olha-se para o Direito apenas como um espaço que inflige sofrimento às pessoas, como um instrumento de perseguição dos indivíduos e das empresas. Mas é muito mais do que isso”, refere Miguel Prata Roque, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Foi para desmistificar esta ideia comum de que as leis são apenas ferramentas punitivas que decidiu organizar um curso de aperfeiçoamento em Direito da Felicidade no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), que tem como subtítulo “Como ser feliz em 13 lições”.

O programa desta formação, que decorrerá entre 21 de março e 6 de abril de 2022, inclui temas tradicionais da Justiça – como os tribunais e as prisões –, mas também outras temáticas da vida, tais como a sexualidade, a religião, a cultura, a economia, o trabalho, a saúde e o humor.

Os destinatários não são apenas juristas, mas “todos aqueles que trabalham com políticas públicas, seja na Administração Pública ou fora dela”. No fundo, pretende abranger aqueles que planeiam, avaliam, decidem e executam políticas públicas – em áreas tão distintas como a saúde, a educação, a cultura, a economia ou a justiça.

Cada lição terá um orador especialista que abordará o modo como as políticas públicas nessa área podem favorecer a felicidade. Isto porque, sublinha o jurista, “o Direito é um instrumento de promoção de bem-estar”.

Com a pandemia, a velha discussão em torno do conceito de felicidade voltou a estar na ordem do dia. Não estamos a passar apenas por uma crise sanitária. Esta é também uma crise económica, social e “de estado de espírito”, o que faz com que, neste contexto, os juristas também “se preocupem com a promoção do bem-estar coletivo”. Afinal, o Direito também serve para conferir liberdades, direitos, determinar a organização do Estado e da sociedade, para que a nossa vida seja mais prazerosa, mais tranquila”.

#### **TODOS QUEREMOS SER FELIZES**

A primeira vez em que a “busca pela felicidade”

aparece como um bem jurídico digno de proteção constitucional é na Declaração de Independência das colónias norte-americanas, em 1776. Hoje existem três países asiáticos cuja Constituição consagra expressamente a busca da felicidade como um direito fundamental – Japão, Coreia do Sul e Butão.

O caso do Butão é, aliás, paradigmático. Foi este pequeno país localizado nos Himalaias, que faz fronteira com a China e a Índia, que criou e desenvolveu o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB), em alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB), que assenta no desenvolvimento económico sustentável, na preservação cultural, na educação e na boa governação.

Amétrica utilizada tem em conta quatro fatores: a esperança média de vida, o bem-estar da população, a pegada ecológica e a desigualdade social. Isso significa que, em vez de o foco estar na criação de riqueza e no crescimento económico, está no bem-estar da população e no progresso social. O rei Jihme Khesar conta com uma comissão independente – a Gross National Happiness Commission – que avalia o impacto das leis e das políticas públicas.

O exemplo do Butão é inspirador e a ONU, que tem vindo a referir-se à busca da felicidade como um “objetivo humano fundamental”, publica há nove anos o Relatório de Felicidade Mundial. O documento relativo a 2021 teve como enfoque a relação entre o bem-estar e a covid-19. Na lista dos 149 países mais felizes do mundo, liderada há quatro anos pela Finlândia, Portugal aparece na 58.<sup>a</sup> posição. Subiu dois lugares face ao ano anterior. De facto, os portugueses têm vindo a subir a “escada da felicidade” há vários anos. Em 2017, estavam em 77.<sup>o</sup> lugar.

A Constituição da República Portuguesa não se refere claramente à felicidade enquanto valor jurídico-constitucional a proteger. Mas, na alínea d) do artigo 9.<sup>o</sup>, onde se encontram consagradas as tarefas fundamentais do Estado, está escrito: “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais.”

O bem-estar dos cidadãos é um desafio constante para quem gere a coisa pública e tornou-se agora ainda mais exigente com a crise pandémica. Miguel Prata Roque sabe bem o que representa estar sentado na cadeira do poder. Foi secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no primeiro Governo liderado por António Costa. Garante que,

continua

**A ONU publica há nove anos o Relatório de Felicidade Mundial. Na lista dos 149 países mais felizes do mundo em 2021, Portugal aparece na 58.<sup>a</sup> posição.**





continuação

enquanto esteve no cargo, teve “sempre bem presente esse objetivo” de promover a felicidade dos cidadãos.

“Em 2015, a lógica foi a de virar a página da austeridade, no sentido de perceber que há outros valores, que não apenas os economicistas ou financeiros, que também são relevantes para que uma sociedade seja feliz e possa viver com bem-estar e progresso.”

Os tempos que vivemos obrigam a uma reflexão multidisciplinar para que o Direito corresponda às reais necessidades das pessoas. Por isso, a lógica do curso do ICJP será perceber “de que modo é que, por via de legislação, da intervenção governativa, podem ser promovidas estas várias áreas do saber”, explica.

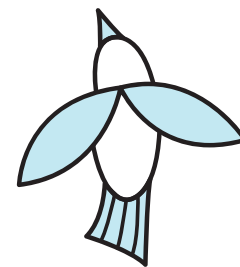
Pegando no exemplo da sexualidade – cuja aula será ministrada pela sexóloga Marta Crawford, professora no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) –, importa saber as implicações na saúde reprodutiva, na autodeterminação e na liberdade sexual. E, nas aulas dedicadas à música e à cultura em geral, a reflexão será em torno do papel do Estado relativamente à promoção do acesso dos cidadãos aos eventos culturais. Deve o Governo financiar as políticas culturais ou devem ser exclusivamente os privados a garantir o acesso de to-

dos à cultura? Será viável uma espécie de “cheque-concerto”, que permita aos cidadãos com menores recursos financeiros aceder a esses espetáculos? São questões a discutir.

“Não é, de facto, muito habitual que se faça este tipo de trabalho conjunto entre pessoas do Direito e especialistas de outras áreas. O objetivo é inovarmos e abriremos canais de comunicação”, refere Miguel Prata Roque.

O programa do curso inclui ainda um Laboratório de Expressão Dramática e Corporal, que será lecionado por Inês Nogueira, atriz e professora de arte e expressão dramática. Incidirá sobre a relação entre a felicidade e a capacidade de expressão de emoções. Servirá para “a pessoa se pôr em contacto com o seu próprio corpo com uma grande liberdade”. Isto, numa lógica de “perceber que movimentos físicos podemos associar a um estado de maior tranquilidade, de maior serenidade e de maior felicidade”, porque “há expressões e movimentos que nos dão tranquilidade e outros que expressam tensão, ansiedade”.

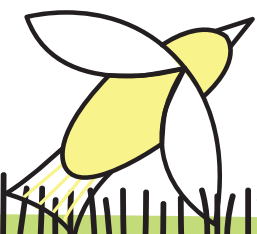
No que diz respeito às áreas económicas, haverá duas aulas diferentes. Uma, intitulada Felicidade e Economia, será ministrada por Gabriel Leite Mota, o primeiro doutorado em







**O principal objetivo do curso é que os participantes tenham “a capacidade de analisar a realidade atual com uma perspetiva transversal, multidisciplinar, sem se fecharem nas suas pequenas tribos”, refere o coordenador científico Miguel Prata Roque.**



Portugal em Economia da Felicidade, pela Faculdade de Economia do Porto. O economista tem chamado a atenção para o facto de a hegemonia do PIB, enquanto medida de desenvolvimento de um país, prejudicar o bem-estar. Numa entrevista ao Negócios, em 2020, afirmava que “as políticas económicas servem para maximizar a felicidade”, porque “é a economia que deve estar ao serviço da sociedade, e não o contrário”.

O professor do Instituto Superior de Serviço Social do Porto acrescentava que “se tem chegado à conclusão de que o PIB não só deixa de fora muitas coisas que seria importante medir para relacionar com o bem-estar como, por outro lado, mede coisas que são más. Por exemplo, o consumo de gasolina num engarrafamento automóvel”. Isso entra positivamente para o PIB “e é das coisas que mais incomodam as pessoas no seu dia a dia”. “É cada vez mais claro que o PIB é um indicador fraco em termos de bem-estar.”

Esta ideia tem ganho força nas últimas décadas a nível internacional. O economista francês Éloi Laurent, autor do livro “De olhos postos no amanhã”, lançado em 2020 pela Casa das Letras, defende que a pandemia é “uma provação que nos obriga a abrir os olhos”. Para o autor, é preciso um novo paradigma focado na saúde das pessoas e na sustentabilidade do planeta. E os decisores políticos têm agora uma oportunidade para fazer a transição para outro modelo económico. Até porque não é verdade que os países com maior PIB sejam os que revelam melhores índices de felicidade.

Olhando para o Relatório Anual sobre Felicidade 2021, nenhum dos cinco primeiros países do “ranking” (Finlândia, Islândia, Dinamarca, Suíça e Holanda) integra o G8, o grupo de países que reúne quase 70% da riqueza mundial.

O autor defende no livro que a obsessão pelo crescimento económico nos impede de compreender o mundo em que vivemos. E nota que o valor universal da humanidade é a saúde, não o crescimento económico. Por isso, nesse novo mundo que preconiza, o bem-estar humano deve tornar-se a bússola das políticas públicas, defende.

A outra lição do curso ligada às questões económicas – Felicidade e Trabalho – terá como orador Daniele Dell’Erba, especialista em Gestão da Mudança nas organizações e professor na Católica Lisbon Business & Economics e na London School of Economics. A ideia é “refletirmos sobre como é que as infraestruturas económicas e as formas de produção podem ser também orientadas no sentido de garantir não só a felicidade dos consumidores, mas também daqueles que participam no processo produtivo”, diz Miguel Prata Roque. Afinal, o trabalho absorve uma parte significativa das nossas vidas. E a promessa de que a tecnologia nos iria dar mais tempo livre para o lazer veio a revelar-se falaciosa. De facto, estamos cada vez com mais dificuldade em destrinçar a vida privada da profissional. Numa tentativa de definir uma linha vermelha para o contacto entre as chefias e os subordinados, a Assembleia da República aprovou recentemente uma lei que consagra o direito a desligar.

Também o mundo das empresas está a passar por processos de transformação profunda. As tecnologias estão a alterar os modelos de trabalho e as novas gerações são mais exigentes quanto às condições laborais proporcionadas pelas entidades patronais. A pandemia acelerou algumas tendências no mercado laboral, como o teletrabalho. E a mudança, em muitos casos, fez-se à força. Há todo um quadro jurídico que precisa de dar resposta a estes novos desafios.

Nem tudo é problemático. Também se abriram novas oportunidades de trabalho. Hoje podemos trabalhar para todo o mundo a partir de qualquer lugar. Os chamados nómadas digitais são prova disso mesmo.

O principal objetivo do curso é que, no final, os participantes tenham “a capacidade de analisar a realidade atual com uma perspetiva transversal, multidisciplinar, sem se fecharem nas suas pequenas tribos”. No fundo, pretende-se estimular uma conversa “sem preconceitos” relativamente a cada uma das áreas do saber.

A segunda grande competência que Miguel Prata Roque espera que os alunos adquiram é a “capacidade de encararem os problemas como uma oportunidade de crescimento”. “Só seremos felizes se tivermos a capacidade de não paralisar perante uma dificuldade.” E um dos instrumentos para ultrapassar essas dificuldades é, precisamente, o Direito. **w**